

23/5/1985

BÓIAS-FRIAS

Greve já atinge 17 municípios

por Wanda Jorge

de Ribeirão Preto

Estradas praticamente vazias, com poucos caminhões carregados com cana-de-açúcar recém-colhida dos campos. Esse era o quadro ontem, na região de Ribeirão Preto, onde cortadores de cana depuseram seus facões e enxadas pelo segundo dia, paralisando a colheita recém-iniciada. Eles protestam contra a proposta dos patrões, em negociação de mais de 50 dias. A greve já atinge 17 municípios, segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp).

A tentativa de acordo coletivo para os bóias-frias, realizada entre a Fetaesp e os fornecedores da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP) e usineiros do Sindicato do Açúcar e Alcool, inaugura uma nova fase no campo. Trata-se do primeiro acordo coletivo de trabalho com operários rurais, tentativa que também provocou nos últimos dias paralisação em lavouras de café (Batatais e Altinópolis) e de laranja (Bebedouro e Matão, que aderiu ontem com 14 mil volantes paralisados — dados da Fetaesp).

A manifestação no campo, iniciada em maio do ano passado, com os bóias-frias de Guariba, afeta diretamente um setor econômico decisivo na economia do País. No ano passado, o Brasil exportou US\$ 1,4 bilhão com o suco de laranja e subprodutos e deve produzir neste ano 3,4 milhões de toneladas de açúcar e 6,8 milhões de litros de álcool. A safra paulista de cana pode superar 144 milhões de toneladas e a de laranja, 250 milhões de caixas. A região de Ribeirão Preto concentra aproximadamente 50% dos canaviais de todo o estado.

Entre as reivindicações apresentadas pela Fetaesp um dos pontos de honra é o pagamento da cana por metro linear e não por tonelagem. Questão, segundo os usineiros, impraticável, pois toda a infra-estrutura de balanças já está instalada há muitos anos. Os cortadores de cana argumentam, porém, que a única forma de controlarem sua produção é através do corte por metro linear. A demora do transporte da cana já cortada, que chega a ficar exposta mais de um dia ao sol, faz diminuir o volume de água, o que a torna mais leve, embora não prejudique o teor de sacarose. Eles acrescentam também que há muita perda no trajeto da cana da lavoura até chegar a balança. Esta perda é bastante evidente a quem trafega pelas estradas das zonas canavieiras em época de safra. Uma corrente contínua de cana caída dos caminhões superlotados se forma nos acostamentos dessas rodovias.

Marco Maturano, advogado dos usineiros na negociação, concorda com estas perdas, mas afirma que sistema proposto pelo lado patronal de estabelecer um sistema de conversão de tonelada por metro, no campo, no mesmo dia da colheita, através de amostragem, resolveria esta questão. Vitor Jorge Fanta, diretor da Fetaesp e sindicalista de Araras, considera o sistema complicado para que o bóia-fria possa executá-lo na roça e obter assim o controle diário de quanto produziu.

“A paralisação que vem ocorrendo é bastante importante neste momento de negociação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT)”, afirma Antônio Crispim da Cruz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cravinhos.

Ele indica que alguns passos já foram dados para a categoria, como avanço de pontos na contraproposta dos patrões e maior organização no setor rural. José de Fátima, presidente do sindicato de Guariba, acredita que os patrões, na reunião, vão ter de melhorar a proposta, uma vez que permanece uma grande diferença entre o reivindicado pelos cortadores e o que os usineiros e fornecedores se dispõem a pagar.

Hélio Neves, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araraquara, disse que a Fetaesp já concedeu o limite do que podia. Na última reunião de terça-feira, ela se dispôs a defender junto às assembleias da categoria um piso mínimo de Cr\$ 20 mil (a proposta inicial era de Cr\$ 50 mil, sendo reduzida depois para Cr\$ 37.500 e Cr\$ 35 mil) e um valor por metro linear de cana colhida entre Cr\$ 290 e Cr\$ 800 — o pedido inicial variava, de acordo com a idade da cana, de Cr\$ 600 a Cr\$ 1 600. Mesmo assim, diz Neves, os patrões não quiseram alterar sua proposta de um piso de Cr\$ 16.825 (fornecedores) e Cr\$ 18 mil (usinas) e um valor de Cr\$ 4.960 e Cr\$ 5.200 por tonelada de cana.

(Página 6)